

CIMLT

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO

**SESSÃO DA
ASSEMBLEIA
INTERMUNICIPAL
DA CIMLT**

**ACTA Nº 14
DE
17 / 04 / 2013**

**ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
DA LEZÍRIA DO TEJO**

ACTA Nº 14

SESSÃO ORDINÁRIA

Dia 17 de Abril de 2013

Início da Sessão: 21.00 horas

Términus da Sessão: 23.00 horas

Presidente da Mesa: Idália Maria Marques Salvador Serrão

Vice-Presidente da Mesa: Carlos Alberto Salvador Pernes

Secretária da Mesa: Carla Cristina Rodrigues Dias



**ACTA DA DÉCIMA QUARTA SESSÃO DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO (CIMLT)**

--- Aos dezassete dias do mês de Abril do ano de dois mil e treze, na sala de reuniões do Centro de Serviços da Lezíria do Tejo, edifício sede da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, reuniu-se a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT), na sequência de Convocatória efectuada ao abrigo do disposto nos termos do n.º 1 do artigo 45.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aplicável por determinação do artigo 9.º da Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto, e da alínea a) do artigo 13.º da Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto e de acordo com a Ordem do Dia, antecipadamente divulgada junto de todos os seus deputados. Os respectivos trabalhos tiveram início pelas 20.45 horas.-----

--- Estiveram presentes os seguintes membros da Assembleia Intermunicipal da CIMLT: Carlos Manuel Russo Mota, José Francisco Correia Afonso Marouço, Teresa Isabel Almeida Filipe, Ana Sofia Casebre, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, António Pratas Cardoso, José Luís Marques dos Santos, Francisco Alberto dos Santos Jerónimo, David José Pinto Mendes (em substituição de António José Rodrigues), Manuel Luís Gutierrez de Matos (em substituição de Carlos Alberto Salvador Pernes), Carlos Orlando Mendes Pauleta, Ana Carla Ferreira Gonçalves, Ana Paula Chaves (em substituição de Joana Maria Ferreira Vergas), Maria Luísa de Freitas Pato Afonso Dias, Fernando Manuel Duarte dos Santos, Hélia Maria Monteiro Batista, Francisco José Velez Gaspar, José Joaquim Jesus Braz, Rui Miguel Garrido Conde Andrade Rufino, Filipe Claro Justino, Artur Fernando Salgado, António Joaquim Soares (em substituição de Liliana Catarina Barroso de Sousa), Pedro Miguel dos Santos Queimado, Maria Manuela da Guia Núncio Lucas, Lúcio Manuel Fernandes Marques D'Oliveira, Carla Cristina Rodrigues Dias, Albino da Piedade Ferreira, João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira, António Manuel da Silva Moreira, João António Abrantes da

Silva (em substituição de Jorge Alberto Cosme de Sousa Roberto), Patrícia Cachulo Pote, Nélia da Graça Gaspar (em substituição de Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão), João Maria da Silva Travessa Filipe, Teresa Margarida Batista Rodrigues, Cristina Margarida Gomes Casanova de Pereira Martins, Manuel Maria Lagos Pedroso, Idália Maria Marques Salvador Serrão e Joaquim Augusto Queirós Frazão Neto.-----

--- Faltaram à sessão os seguintes membros: Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha (apresentou justificação), Inês da Nóbrega Guilherme Pimenta D'Aguiar, Paulo Duarte Paulino Sardinheiro, Paulo Raimundo Duarte Coelho, Bernardo António Palheta Serra, Sónia Patrícia da Silva Ferreira, Rodrigo António Ferreira Amado Rodrigues (apresentou justificação), Osvaldo Manuel dos Santos Ferreira, Mara Lúcia Lagriminha Coelho, António Manuel Silva Arribança, Carlos Manuel Neves Leal, Eduardo José Russo Gomes (apresentou justificação) e Rui Manuel Presúncia de Jesus.-----

--- Foi a seguinte a Ordem de Trabalhos da Sessão: -----

--- Período Antes da Ordem do Dia;-----

--- Ordem do Dia;-----

--- 1 – Apreciação da Atividade da Comunidade Intermunicipal;-----

--- 2 – Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas do Exercício de 2012;-----

--- 3 – Apreciação e Votação da Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2012;-----

--- 4 – Apreciação e Votação da Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal da CIMLT;-

--- 5 – Apreciação e Votação de Proposta de Primeira Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2013;-----

--- 6 – Apreciação e Votação de Proposta de Adesão da VIVER SANTARÉM, EM SA, à Central de Compras Eletrónicas da CIMLT;-----

--- 7 – Apreciação e Votação de Proposta de Assunção de Firme Compromisso Quanto ao Caráter Estratégico da Candidatura “Ribatejo Digital III” e Quanto à Prioridade da sua Implementação.-----

--- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Idália Maria Marques Salvador Serrão (PS)**, apresentando a seguinte adenda à Acta de Instalação da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT): “Aos dezassete dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, na sala de reuniões do Centro de Serviços da Lezíria do Tejo, edifício sede da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, onde se encontrava a senhora Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Idália Maria Marques Salvador Serrão, compareceu pessoalmente José Luís Marques dos Santos, cidadão que foi eleito para o Órgão Deliberativo da CIMLT por indicação da Assembleia Municipal de Azambuja, substituindo Vera Lúcia Raimundo Brás dos Santos, na sequência da renúncia deste ao seu mandato. Para redigir e subscrever esta acta, foi designada a funcionária que presta apoio à Mesa da Assembleia Intermunicipal, Clara Cristina Simões Lopes. Verificada a identidade e a legitimidade da eleita presente, a Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, atrás mencionada, declarou integrado o membro supra mencionado. Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente adenda, em duas páginas, que depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos os intervenientes, foi assinada pela Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, pelo membro da Assembleia Intermunicipal integrado, sendo ainda subscrita pela funcionária que presta apoio à Mesa da Assembleia Intermunicipal que a redigiu”. -----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Artur Fernando Salgado (PS)**, desejando rápidas melhoras ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Azambuja, e que pudesse regressar o quanto antes à sua Comunidade, onde tem prestado

importantes serviços em prol das populações.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Orlando Mendes Pauleta (CDU)**, apresentando a Moção “Alteração à Lei das Finanças Locais”: “1. A Constituição da República Portuguesa refere que “o regime” das finanças locais visará a justa repartição dos recursos públicos pelo Estado e pelas autarquias e a necessária correcção das desigualdades entre autarquias do mesmo grau”, (artigo 238º, ponto 2) princípio que ficou registado na primeira Lei das Finanças Locais (Lei 1/79), que correspondeu a um importante progresso na autonomia financeira das autarquias, seja quanto ao montante global da receita, seja no estabelecimento de critérios objectivos da sua distribuição pelos municípios e na simplificação do processo de transferência, seja, ainda, da proibição da existência de quaisquer formas de subsídio ou comparticipação, combatendo a transferência discricionária e subjectiva de verbas do Orçamento de Estado (OE) para as autarquias. 2. O pendor centralista dos sucessivos governos e a sua resistência ao cumprimento da autonomia financeira das autarquias conduziu a três décadas de conflito e de sucessivos incumprimentos da Lei, o que só foi travado com a luta persistente das autarquias, de que são exemplo a Lei 1/87 e a Lei 48/98, embora com insuficiências e recuos face à primeira Lei das Finanças Locais. Todavia, a Lei 2/2007, que se encontra em vigor, constitui um novo golpe na autonomia financeira das autarquias locais. 3. Não satisfeito, este Governo e a maioria que o suporta pretendem, agora, dar a machadada final na autonomia financeira e, conseqüentemente, na capacidade dos municípios contribuírem para o desenvolvimento local e a satisfação das necessidades básicas dos munícipes. 4. A evolução negativa dos regimes das finanças locais, com o conjunto dos constrangimentos que a acompanha, é o resultado das opções neoliberais e das principais concepções que as dominam: redução do papel do Estado, desinvestimento público, alienação de funções sociais e serviços públicos, oneração crescente sobre as populações. 5. Desde 2010, iniciou-se numa nova fase de total arbitrariedade e violação do regime de finanças locais. Usando como pretextos a



“redução do défice” e o “memorando de entendimento”, que conduziu a novas reduções nas transferências para as autarquias locais (em 2010 forma reduzidas, a meio do ano, em 100 milhões de euros nas verbas inscritas no Orçamento de Estado; em 2011, em 245 milhões de euros - menos de 227 milhões de euros para os municípios e menos 18 milhões para as freguesias; em 2012 e 2013 novas reduções correspondentes a 0,1% do PIB, o que fará com que, em 2013, haja menos 480 milhões de euros inscritos no OE relativamente a 2010; 6. Entretanto, os partidos que vão suportando o governo agendaram na Assembleia da República uma nova proposta para alterar a Lei das Finanças Locais, com o objectivo de liquidar a autonomia financeira das autarquias locais; 6.1. Em termos financeiros: a proposta reduz de 25,3% para 18,5% a participação dos municípios na partilha de recursos públicos e de 2,5% para 2% a participação das freguesias; elimina o IMT enquanto receita de imposto devido aos municípios nas transacções imobiliárias; e cria um Fundo de Apoio (FAM) de resgate de municípios em falência que os municípios que geriram bem os seus recursos terão de pagar; 6.2. No plano da autonomia – com diversas propostas, incluindo a possibilidade de serem estabelecidos, pela via da Lei do Orçamento de Estado, pretende criar limites adicionais à dívida total autárquica, fixação de limites adicionais à assunção de actos que determinem encargos financeiros, novas reduções dos montantes que resultariam da aplicação da lei face a situações ditas excepcionais, como o cumprimento das regras do pacto de Estabilidade (PEC); novas restrições na área do financiamento municipal perante terceiros e mais ingerências do Governo, incluindo a retenção de verbas do FEF.7. Considerando que a proposta de lei das finanças locais agravaria ainda mais a situação dos municípios, a Assembleia da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, reunida em 17 de Abril de 2013, delibera: 7.1. Pronunciar-se contra a nova Proposta de Lei das Finanças Locais, recentemente apresentada na Assembleia da Republica, por ser um verdadeiro atentado à autonomia financeira das autarquias locais; 7.2. Apelar aos deputados de todos os Grupos Parlamentares que defendam o

Poder Local Democrático e a autonomia financeira das autarquias, rejeitando esta proposta de lei quando for votada na Assembleia da República; 7.3. Divulgar e denunciar publicamente o grave conteúdo desta proposta de lei e o perigo que representa para as autarquias locais, que ficariam com mais dificuldades e sem os adequados meios financeiros para responder aos problemas das populações.”-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Joaquim Jesus Braz (CDU)**, questionando o senhor Presidente do Conselho Executivo da CIMLT em relação à saúde, nomeadamente que reuniões tinham efectuado com os responsáveis regionais da saúde, conforme recomendado em Assembleias Intermunicipais anteriores. Lembrou também as famílias carenciadas e o facto de em Assembleia Intermunicipal anterior se ter falado de se promover uma reunião com o senhor Director da Segurança Social de Santarém, para tentar resolver ou minimizar essas carências. Questionou se tal já tinha ocorrido. Lembrou ainda a necessidade urgente das acessibilidades para a região, um assunto em que todos concordavam, inclusive o senhor Presidente do Conselho Executivo da CIMLT. Recordou que já se tinha falado na Assembleia Intermunicipal de uma alternativa aos ICs. Quis, assim, saber em que ponto estava esta situação.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (PS)**, referindo que sobre o dois primeiros pontos mencionados pelo senhor Deputado José Braz, infelizmente não tinha resposta. Referiu que tinham uma reunião pedida com os responsáveis distritais pela saúde. No que toca à Segurança Social, tinha feito uma abordagem informal, mas ainda não tinha efectuado uma reunião formal. Em relação às acessibilidades, informou que o Governo tinha dito que não tinha verbas para construir um IC. Ainda assim, disse que havia um entendimento entre Almeirim, Alpiarça e Chamusca, para que pudesse haver uma candidatura conjunta aos próximos Fundos Comunitários, no sentido de se promover uma circular urbana aos três Concelhos que retire o trânsito dentro das povoações. Terminou dizendo que tinha esperança que tal se concretizasse.-----



--- Usou da palavra o senhor **Deputado Francisco José Velez Gaspar (PS)**, sugerindo que moções como a que tinha sido apresentada chegasse às mãos dos senhores Deputados com alguma antecedência, para que pudessem ser melhor analisadas. Referiu não perceber se a moção apresentada era uma proposta de uma Lei que já tinha sido aprovada ou uma proposta de uma Lei que ia para aprovação. Disse precisar de alguns minutos para poder tirar estas dúvidas.-----

--- Submetida à votação a proposta de discussão e votação da Moção “Alteração à Lei das Finanças Locais” no final dos trabalhos da sessão, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE**.-----

--- **ORDEM DO DIA**-----

--- **Ponto 1 – Apreciação da Atividade da Comunidade Intermunicipal**.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Joaquim Jesus Braz (CDU)**, pedindo que fosse feito um ponto de situação sobre os contributos apresentados durante as sessões que têm decorrido nos vários Municípios da Lezíria, no âmbito do Programa Territorial Integrado. Lamentou não poder ter ido a nenhuma sessão, devido a terem lugar em horários coincidentes com o horário de trabalho.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (PS)**, dizendo que continuavam a realizar-se vários encontros para a discussão e recolha de sugestões para o Programa Territorial Integrado da Lezíria do Tejo.-----

--- Usou da palavra o senhor **Secretário Executivo da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres**, começando por dizer que os senhores Presidentes de Câmara da CIMLT consideraram fundamental incluir na estratégia 2014-2020 para a região o contributo dos vários actores-chave do território. Assim, a CIMLT assinou um protocolo com 19 entidades, no sentido de concretizar uma estratégia para a Região e um modelo de governação. Com base nas parcerias estabelecidas, que vão desde a economia, emprego e saúde à educação, agricultura e segurança social, lembrou que

estavam a decorrer vários workshops sobre três temas: desenvolvimento rural, competitividade das empresas e questões sociais. Referiu que tem havido participação e vários contributos, mas lembrou que o PTI não se esgotava nestas temáticas. O ambiente e a reabilitação urbana eram mais dois temas que iriam estar em discussão em breve. Prosseguiu a sua intervenção referindo que já tinham sido também pedidas reuniões ao Hospital Distrital de Santarém e Companhia das Lezírias, entre outros actores-chave. Também estava prevista uma reunião com as agro-indústrias da Lezíria. Na opinião do senhor Secretário Executivo, a Lezíria do Tejo estava emparelhada com a estratégia do Parlamento Europeu, que dizia que os programas regionais deveriam ser o mais participados possível. Portanto, havia um caminho que estava a ser percorrido pela Lezíria e que estava bem sincronizado. Tudo dependia agora também do Estado Português, dos acordos de parceria e dos programas operacionais que viessem a ser definidos.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Idália Maria Marques Salvador Serrão (PS)**, propondo que as actas das anteriores sessões da Assembleia Intermunicipal fossem votadas no final da sessão.-----

--- Submetida à votação a proposta da Mesa, de votar actas das anteriores sessões da Assembleia Intermunicipal no final da sessão, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE**.-----

--- **Ponto 2 – Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas do Exercício de 2012**.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (PS)**, chamando a atenção para as notas ao balanço e à demonstração dos resultados, que lhe parecia terem assuntos importantes, e também a certificação legal das contas, com o parecer do Revisor Oficial de Contas, que na sua parte final propõe a aprovação dos documentos.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Orlando Mendes Pauleta (CDU)**, lembrando a relação da CIMLT com a Municípa. Quis saber se havia algum



desenvolvimento nesta matéria.-----

--- Usou da palavra o senhor **Secretário Executivo da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres**, referindo que o Conselho Executivo tinha tido uma deliberação no sentido de por à venda a sua participação na Sociedade. A CIMLT tinha remetido ofícios a todos os associados que poderiam querer ficar com a quota da Comunidade e até ao momento não tinha havido qualquer interessado. Prosseguiu dizendo que a CIMLT tinha recebido um ofício da Município, no sentido de ser ela a própria adquirente da quota. Assim, iriam conversar. Recordou, ainda assim, que nos dois últimos exercícios, a Município tinha tido resultados positivos.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Maria Luísa de Freitas Pato Afonso Dias (PSD)**, referindo que o relatório dizia que a empresa ia ser encerrada em Fevereiro de 2013. Questionou como é que se vendiam acções de uma empresa encerrada. Disse ainda achar bem que a empresa fosse encerrada, porque segundo o relatório de contas da mesma, estava a fazer projectos sem os facturar, e a facturar sem os realizar.-----

--- Usou da palavra o senhor **Secretário Executivo da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres**, lembrando que a deliberação que a CIMLT tinha tomado tinha sido há três anos. Entretanto, a empresa manifestou, através de ofício, o interesse em ficar com as quotas da CIMLT.-----

--- Submetidos à votação os Documentos de Prestação de Contas do Exercício de 2012, os mesmos foram **APROVADOS POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- VOTOS A FAVOR: 33;-----

--- ABSTENÇÕES: 3.-----

--- **Ponto 3 – Apreciação e Votação da Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2012.**-----

--- Submetida à votação a Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2012, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- VOTOS A FAVOR: 32;-----

--- ABSTENÇÕES: 2.-----

--- **Ponto 4 – Apreciação e Votação da Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal da CIMLT.**-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (PS)**, referindo que a alteração que se propunha era a criação de um lugar na área da gestão autárquica, havendo funcionários da CIMLT que eventualmente poderiam concorrer.-----

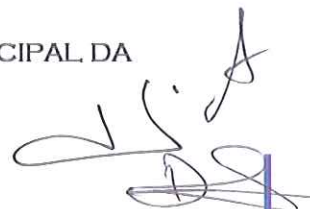
--- Usou da palavra a senhora **Deputada Maria Luísa de Freitas Pato Afonso Dias (PSD)**, referindo que enquanto política, as declarações que tinha ouvido da parte do Presidente de um órgão também político afectavam o seu discernimento político. Algumas necessidades eram apontadas para justificar a contratação de mais um funcionário e a senhora Deputada disse nada ter contra isso. Ainda assim, havia alguns pontos da proposta, como a invocação da inspecção de ascensores e outros materiais mecânicos, que a senhora Deputada disse não fazerem sentido para a eventual criação do referido lugar, quando essa competência já tinha sido transferida para a CIMLT há vários anos e o serviço era feito por uma empresa contratada pela Comunidade Intermunicipal.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Orlando Mendes Pauleta (CDU)**, dizendo não poder votar a proposta, uma vez que tinha ficado com dúvidas se a Comunidade necessitava de uma pessoa com estas características. -----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Manuel Russo Mota (PS)**, dizendo que o ponto 4 da Ordem de Trabalhos falava em “Apreciação e Votação da Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal da CIMLT”. Ou seja, não via lá mencionado nenhum concurso.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (PS)**, referindo que o que estava em votação era de facto a “Alteração ao Mapa de Pessoal da CIMLT”.-----

--- Submetida à votação a Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal da CIMLT, a



mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- VOTOS A FAVOR: 19;-----

--- VOTOS CONTRA: 9;-----

--- ABSTENÇÕES: 10.-----

--- **Ponto 5 – Apreciação e Votação de Proposta de Primeira Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2013.**-----

--- Usou da palavra o senhor **Secretário Executivo da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres**, explicando que a revisão do orçamento se devia ao Programa Operacional de Valorização do Território (POVT) ter feito um convite à CIMLT para que adquirisse equipamento para os Bombeiros Voluntários e Municipais dos onze Municípios da Lezíria do Tejo. A CIMLT, em conjunto com os Bombeiros, considerou pertinente dar resposta a este convite. Assim, a CIMLT pretendia introduzir cerca de 220 mil Euros na revisão do orçamento, para este projecto.-----

--- Submetida à votação a Proposta de Primeira Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2013, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- VOTOS A FAVOR: 36;-----

--- ABSTENÇÕES: 1.-----

--- **Ponto 6 – Apreciação e Votação de Proposta de Adesão da VIVER SANTARÉM, EM SA, à Central de Compras Eletrónicas da CIMLT.**-----

--- Submetida à votação a Proposta de Adesão da VIVER SANTARÉM, EM SA, à Central de Compras Eletrónicas da CIMLT, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE**.-----

--- **Ponto 7 – Apreciação e Votação de Proposta de Assunção de Firme Compromisso Quanto ao Carácter Estratégico da Candidatura “Ribatejo Digital III” e Quanto à Prioridade da sua Implementação.**-----

--- Usou da palavra o senhor **Secretário Executivo da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres**, lembrando primeiro que tudo que o Projecto Ribatejo Digital tinha arrancado em 2003 com o apoio da Municípa, fundamental para a estruturação do

projecto. No que dizia respeito ao Ponto 7 concretamente, tal dizia respeito à continuação do projecto. Prosseguiu explicando que o POVT, no seu Regulamento, pedia um parecer de Assunção de Firme Compromisso Quanto ao Carácter Estratégico da Candidatura, que teria de ser pedido à Assembleia Intermunicipal. Através deste parecer, poder-se-ia dizer que o projecto era estruturante e seria então possível ao POVT aceitar o projecto e analisá-lo.-----

--- Submetida à votação a Proposta de Assunção de Firme Compromisso Quanto ao Carácter Estratégico da Candidatura “Ribatejo Digital III” e Quanto à Prioridade da sua Implementação, a mesma foi **APROVADA UNANIMIDADE**.-----

--- Foi de seguida colocada à votação a acta da Sessão de 30/11/2011, da Assembleia Intermunicipal da CIMLT.-----

--- Colocada à votação a acta da Sessão de 30/11/2011, da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- VOTOS A FAVOR: 27;-----

--- ABSTENÇÕES: 9.-----

--- Usou da Declaração de Voto a senhora **Deputada Maria Luísa de Freitas Pato Afonso Dias (PSD)**, referindo que a sua abstenção se deveu ao facto de ter estado ausente nessa sessão da Assembleia Intermunicipal.-----

--- Foi de seguida colocada à votação a acta da Sessão de 12/09/2012, da Assembleia Intermunicipal da CIMLT.-----

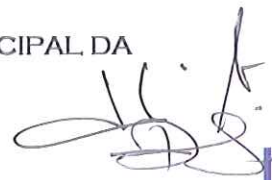
--- Colocada à votação a acta da Sessão de 12/09/2012, da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- VOTOS A FAVOR: 25;-----

--- ABSTENÇÕES: 9.-----

--- Foi de seguida colocada à votação a acta da Sessão de 27/11/2012, da Assembleia Intermunicipal da CIMLT.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Maria Luísa de Freitas Pato Afonso Dias**



(PSD), solicitando que fosse rectificado o seguinte: na página 16 faltava um acento circunflexo no “por”. Solicitou também que fosse acrescentada na sua intervenção a questão do apoio social, que era uma medida que já estava a ser implementada pelo Governo. Segundo a senhora Deputada, tal não estava reflectido na acta.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Idália Maria Marques Salvador Serrão (PS)**, questionando a senhora Deputada se concordava que acordasse no final com a redacção da frase em falta, para que se pudesse votar desde já a acta.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Maria Luísa de Freitas Pato Afonso Dias (PSD)**, referindo que a frase que gostava que fosse acrescentada era a seguinte: a questão do apoio social era uma medida que já estava a ser implementada pelo Governo, na altura da discussão deste assunto.-----

--- Colocada à votação a acta da Sessão de 27/11/2012, da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, com a inclusão da frase “referiu ainda que a questão do apoio social está já a ser implementada pelo Governo”, proferida pela senhora Deputada Maria Luísa de Freitas Pato Afonso Dias, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- VOTOS A FAVOR: 28 -----

--- ABSTENÇÕES: 8.-----

--- Foi de seguida colocada à discussão e votação a Moção “Alteração à Lei das Finanças Locais”.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Francisco José Velez Gaspar (PS)**, referindo que o PS iria abster-se nesta votação. Explicou que obviamente estariam sempre contra qualquer que fosse alguma atitude, onde se reduzisse o apoio às populações. Para além disso, também já sabiam que nos últimos 39 anos os Partidos que tinham estado no Governo tinham sido sempre os mesmos. O senhor Deputado disse também não estar de acordo com o título da Moção, porque disse não saber se

estava a votar algo já aprovado ou que iria ser aprovado. Repetiu que o PS estava contra qualquer redução no apoio às populações, mas não estava de acordo com o texto da Moção. Assim, iria abster-se.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Maria da Silva Travessa Filipe (PSD)**, começando por referir que a proposta era incongruente quanto ao título. Disse não saber o que estava a votar, porque se se estava a falar de uma proposta de lei, a mesma ainda ser votada e podia ser alterada. Assim, disse que a bancada do PSD iria votar contra esta Moção.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Joaquim Jesus Braz (CDU)**, lembrando que as autarquias têm desenvolvido um papel extremamente importante para o desenvolvimento do País. E agora a Assembleia da República estava a preparar-se para continuar a diminuir as transferências para as autarquias. Na opinião do senhor Deputado, não era depois da lei ser aprovada que a CDU iria mostrar uma posição contra aquilo que já teria sido decidido. Teria que ser antes, preventivamente. Enquanto autarcas, seria imperativo mostrar preocupação sobre estas medidas. Terminou dizendo que nesta questão dever-se-ia colocar os interesses das populações acima dos interesses partidários.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Maria Lúsa de Freitas Pato Afonso Dias (PSD)**, referindo que não ia votar contra devido a um ponto de vista partidário, mas por uma opção de ideias. Disse entender a posição tomada pela CDU e até a posição da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, Presidentes de Câmara e Presidentes de Junta de Freguesia. Disse também entender que a redução de verbas era sempre penalizadora do trabalho de cada um. Mas segundo a senhora Deputada, era chegado o momento de todos deixarem de fazer opções segundo os seus quintalinhos. Era necessário perceber o que era de facto o apoio às populações. Via-se muitas vezes investimentos, cujo retorno não era social nem económico. Assim, era altura de pôr em causa o discernimento político dos dirigentes dessas autarquias. Dever-se-ia começar a assistir a opções políticas sérias por parte dos líderes dessas



autarquias. Terminou dizendo que todos deveriam perguntar-se quanto é que estavam dispostos a dar dos seus rendimentos, para apoiar determinados projectos demagógicos e filantrópicos de alguns dirigentes autárquicos.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Francisco José Velez Gaspar (PS)**, repetindo que era contra qualquer tipo de corte e era a favor das populações. E voltou a dizer que enquanto a proposta de lei não fosse pelo menos transformada em projecto de lei, para ser discutível, não o iria fazer. Terminou dizendo ainda que a Moção da CDU poderia levar a diversas interpretações, mas que ficasse bem claro que todos estavam ali para defender as suas populações.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Rui Miguel Garrido Conde Andrade Rufino (PSD)**, lembrando que não existia nenhuma proposta de lei em anexo e estavam, portanto, a fazer fé da interpretação de um grupo partidário.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado António Manuel da Silva Moreira (PS)**, concordando que havia despesismo em muitas obras públicas, mas não podia concordar que essa fiscalização fosse feita por uns senhores que estavam no Terreiro do Paço. Prosseguiu dizendo que o poder autárquico era um poder assente nas populações e nos seus eleitos. Não deveria ser, portanto, o centralismo a pôr ordem nisto. Terminou lembrando que o PS sempre tinha dito que a lei da reforma das autarquias deveria ter sido um pacote integrado, onde a lei das finanças locais estivesse à cabeça junto com o resto.-----

--- Submetida à votação a Moção “Alteração à Lei das Finanças Locais”, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- VOTOS A FAVOR: 10;-----

--- VOTOS CONTRA: 9;-----

--- ABSTENÇÕES: 16.-----

--- Usou da Declaração de Voto o senhor **Deputado Francisco José Velez Gaspar (PS)**, lembrando que a abstenção do PS devia-se ao facto de estar completamente em desacordo com o ponto 2 da Moção.-----

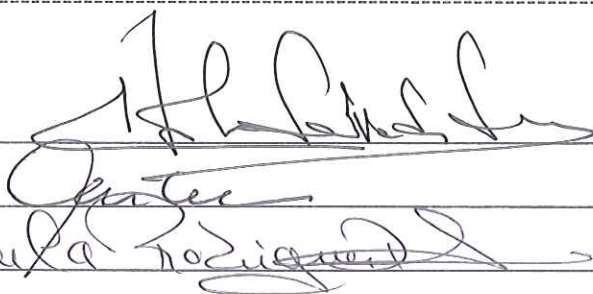
--- Usou da Declaração de Voto o senhor **Deputado Artur Fernando Salgado (PS)**, dizendo ter votado a favor da Moção da CDU, por concordar com a mesma, estando assim um pouco em desacordo com a sua bancada.-----

--- Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pela Presidente, Vice Presidente e Secretária da Mesa.-----

--- A PRESIDENTE _____

--- O VICE PRESIDENTE _____

--- A SECRETÁRIA _____

The image shows three handwritten signatures in black ink, each written over a horizontal line. The first signature is for the President, the second for the Vice President, and the third for the Secretary. The signatures are stylized and cursive.